

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DOIS DE AGOSTO DO CORRENTE ANO. -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia dois de Agosto do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador António Ramalheite, por não ter estado presente na reunião. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fosse incluído para discussão os seguintes pontos: -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1 DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 9. Classificação da "Casa Grande", em Verride - Pedido de Parecer -----

----- 4.2 DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 3. Associação Cultural, Desportiva, Recreativa e Social de Quinhendros - Atribuição de Subsídio. -----

----- O Presidente da Câmara propôs ainda retirar os seguintes pontos: -----

----- 3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1 SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 3. Novo Mercado Municipal -----

----- - Revisão de Preços -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1 DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 4. Execução de um desdobrável sobre as Rotas dos Caminhos de Santiago de Compostela -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara propôs que o executivo aprovasse uma proposta de louvor à Comissão Executiva da Coupe de La Jeunesse e a todas as entidades e associações que de forma directa ou indirecta contribuíram para o grande êxito alcançado, quer pelas provas em si, quer pelo resultado alcançado pela equipa portuguesa, que muito dignificou, não só esta Autarquia, como o País e as entidades desportivas nacionais envolvidas no acontecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara informou que, na sequência de uma deliberação de Câmara, tinha tido uma reunião com alguns dos empreiteiros que tinham naquele momento obras no concelho, e que apresentavam atrasos quer de início quer de conclusão. Dentro daquele âmbito, pensava que, durante a semana, toda a obra que iria envolver Formoselha e a passagem em Pereira bem como a de Tentúgal, até ao limite do Concelho que tinham o mesmo empreiteiro, e que tinham sido adjudicadas em Junho do corrente ano, iriam finalmente ser efectivadas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Gostaria de dar conhecimento de um documento sobre as medidas de descentralização apresentadas pelo Governo às Autarquias, a chamada "Revolução Tranquila". Pensava tratar-se de um acto de coragem, que saudava (documento anexo à presente acta sob o numero um). -----

----- Esperava que fossem acompanhados, por um aspecto que considerava fulcral naquela matéria: cada vez mais as autarquias começavam a ganhar peso numa intervenção plurifacetada a diferentes níveis de intervenção, fossem eles da educação, da saúde, do ambiente, da protecção civil, e era dentro daquele âmbito que aquele documento vinha reforçar ainda mais aquelas intervenções. -----

----- Para quem se compadecia no dia a dia, com grandes carências, do ponto de vista de recursos humanos, de qualificação técnica, de qualificação profissional era também de necessidade fulcral, meios financeiros que pudessem colmatar aquilo que era a competência atribuída. Ansiava que, para além daquilo que era uma nova responsabilidade e um novo conceito de descentralização, houvesse a adequada transferência dos meios que pudessem permitir que a funcionalidade enaltecasse cada vez mais, na prática, aquilo que era apresentado no discurso. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- **Primeira** - O Vereador Victor Camarneiro informou que, a Ponte das Lavandeiras, contrariamente ao que tinha sido expresso ao longo dos meses, em várias reuniões de Câmara, por todos os intervenientes, acabou por abrir de uma forma espontânea, com

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

todos os problemas que tinham sido denunciados, designadamente os acessos (sul e norte) e a falta de iluminação. Reconhecia que a abertura tinha sido oportuna, porque tinha facilitado muito o acesso à Pista de Remo e a organização da prova. Os aspectos negativos que tinham vindo a assinalar mantinham-se e seria importante que, tanto quanto possível, fossem minimizados ou corrigidos. Chamava a atenção para o facto de que, quando entravam na ponte pelo lado Sul, a placa que indicava a rotunda estava escondida por uma outra placa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, relativamente à inauguração do troço final da A catorze e a manutenção das portagens, manifestavam o protesto, pois quer o actual Presidente da Câmara, quer o anterior Presidente da Câmara e os Presidentes de Câmara da Figueira da Foz, de Coimbra e Cantanhede se tinham manifestado, em vários momentos, contra a manutenção das portagens. O que acontecia era que a A catorze tinha sido inaugurada e o problema persistia. Se anteriormente se tinham manifestado contra, continuavam a manifestar-se contra, especialmente no que a Montemor dizia respeito, apesar de saberem que seriam futuramente abolidas algumas portagens em muitas auto-estradas.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, a manutenção da situação do cruzamento de Quinhendros, demonstrava não estar nas mãos dos políticos muitas vezes a solução dos problemas. Não tinha dúvidas que o Presidente da Câmara gostaria que o problema do cruzamento de Quinhendros estivesse resolvido no dia seis de Janeiro, bem como o anterior Presidente da Câmara gostaria que aquela situação se tivesse resolvido rapidamente. A verdade era que uma vez mais se demonstrava que havia algo a impedir a resolução do problema, e que não dependia da vontade dos políticos, nem das maiorias, nem da Autarquia, nem do Governo. Devia-se apenas de uma má vontade e de uma incompreensão para o processo. Gostaria de realçar que muito do que tinha sido dito, morre pela base, porque o problema persistia e a legitimidade de quem o criticou existia efectivamente, mas a capacidade para resolver o problema era muito difícil. O projecto que existia antes, era um projecto grande, depois surgiu a hipótese dos semáforos, que seriam colocados antes do verão, mas o que se via era que nem um nem outro tinha sido implementado. Não estava a culpar o actual executivo, porque a precessão que tinha tido antes, era a que tinha hoje, pois na sua opinião, o executivo não tinha capacidade para resolver o problema. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- **Quarta** - Informou que, em relação à Coupe de La Jeunesse, gostaria de fazer uma saudação muito especial à Selecção Portuguesa que tinha alcançado o seu melhor resultado de sempre, com três medalhas de ouro, três medalhas de bronze e uma de prata, e com um comportamento exemplar em termos desportivos em todo o processo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Quinta** - Informou que, deveria ser colocada uma placa de sinalização, para quem se dirigir do Largo do Paço para a Ponte da Alagoa, pois não havia qualquer indicação de era proibido circular naquela direcção.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que em relação à abertura da Ponte das Lavadeiras, e na parte que dizia respeito ao concelho de Montemor, tinham manifestado junto do ICERR que não concordavam com a solução encontrada. Tinha acompanhado o processo com o Presidente da Câmara de Soure, que pretendia que a ponte não se mantivesse mais tempo encerrada ao trânsito, da mesma forma que a Câmara de Montemor tinha interesse de que a ponte fosse aberta ao trânsito o mais rapidamente possível, devida à realização da Coupe de La Jeunesse e satisfizesse toda a população da margem esquerda que utilizava esta via para passar para outras direcções.-----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que a iluminação da Ponte das Lavadeiras já tinha sido adjudicada, através de um concurso lançado pelo ICERR, e de acordo com o que estava previsto, pensava que durante o mês de Setembro estaria tudo completado.-----

----- Em relação à sinalética da ponte, para além do problema referido pelo Vereador Victor Camarneiro, havia outro, que se prendia ao facto de não haver qualquer placa de sinalização a fazer alusão ao concelho ou a localidade de Condeixa, como acessibilidade por aquela via.-----

----- Mais disse que, em relação à abertura da A catorze, o autarca que tinha sido mais incisivo e mais claro tinha sido o de Montemor, e isso tinha sido registado por todos os jornais.

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR ANTÓNIO RAMALHETE -----

----- **Primeira** - O Vereador António Ramalhete informou que, compreendia a preocupação do Presidente da Câmara em resolver o problema da margem esquerda, e da A catorze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- **Segunda** - Informou que, tem vindo a ser abordado por algumas pessoas que estavam preocupadas pela situação em que se encontravam os Lavadouros que proliferavam no concelho. Uns estavam ligados à rede, outros estavam a funcionar, outros estavam totalmente fechados. Aquela situação criava algum mau estar entre as populações e pensava que se deveria tomar medidas para a resolução daquele problema.

----- Não tinha conhecimento se que todos estariam a ser abastecidos por água da rede publica, e por isso deixava uma ressalva. Partia de um princípio de que os lavadouros não deveriam estar ligados à rede porque se tratava de água muito cara. Tratava-se também de um injustiça pois uns usufruíam e outros não, por terem os lavadouros encerrados. Teria de haver um critério em que todos seriam tratados de igual forma. Não sabia qual seria a melhor alternativa, se deveriam ser encerrados os lavadouros ou se deveriam aproveitar algumas linhas de água que pudessem existir para que os lavadouros pudessem funcionar.

----- Em relação a Pereira, não sabia se não seria viável o aproveitamento das duas captações que existem perto do lavadouro, e se fizesse uma ligação directa ao lavadouro.

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo concordar com o exposto pelo Vereador António Ramalheite e já tinha levantado a questão aos serviços. Comungava da preocupação e sobretudo, da igualdade de tratamento em termos do concelho. Existiam de facto lavadouros em diversos locais do concelho, em que alguns estavam ligados à rede publica de abastecimento de água, e outros não estavam. Outra questão que já tinha sido abordada era a de que alguns dos lavadouros que demonstravam interesse em estivessem abertos, deveriam ter determinado tipo de contenção de utilização, por exemplo o tipo de torneiras, de abertura permanente mas que fossem controladas temporariamente, para reduzir os gastos de água.-----

----- O que tinha pedido aos serviços era que fizessem um levantamento exaustivo de toda a situação do concelho, para que depois, com algum sentido de equilíbrio, e em conjunto com os Presidentes de Junta de Freguesia, chegassem a um acordo global de aplicação ao concelho, que não viesse a criar situações de benefício de uns, em detrimento de outros. Com um sistema de igualdade de tratamento, pretendia-se que não houvesse esbanjamento ou percas de água para fins menos altruístas do que aqueles a que a água se destina, e por outro lado, não se deveriam esquecer de que ainda existiam nalguns casos, pessoas que necessitavam daqueles lavadouros.-----

----- Esperava que com alguma brevidade, os serviços lhe fizessem chegar um ponto de circunstância, para que, sobretudo no próximo ano e em épocas de estio, não houvessem

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

questões que se tornavam delicadas, quer do ponto de vista de equilíbrio social, quer do ponto de vista de gestão daquele mesmo bem.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que a questão dos lavadouros merecia que fosse feita um pouco de história sobre aquele assunto. Os lavadouros da zona ribeirinha do Mondego, foram construídos no âmbito da obra do Mondego, quando foram retiradas à populações a possibilidade de aceder ao rio e utilizá-lo como uma zona tradicional de lavagem de roupas. Defendia que houvesse equidade no tratamento da questão dos lavadouros, mas era da opinião de que de facto as freguesias ribeirinhas tinham sido as mais penalizadas do ponto de vista histórico, com a obra do Mondego. -----

----- Considerava também que estarem a utilizar água da rede pública, sem custos, para aquele efeito, poderia ser um destino perverso. Como estavam numa época de modernidade, poderiam encarar outras soluções, em conjunto com as Juntas de Freguesia, no sentido de que fossem criadas outro tipo de instalações para a lavagem de roupa, especialmente para as famílias mais carenciadas.-----

----- Pensava que se deveria lançar aquele desafio para que fossem encontradas soluções que pudessem, por um lado, despenalizar a Câmara Municipal no sentido da assunção dos custos, não só da água, mas também da manutenção dos espaços, etc., mas sem retirar às populações carenciadas, a possibilidade de cuidarem das suas roupas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR EMÍDIO FIDALGO -----

----- **Primeira** - O Vereador Emídio Fidalgo informou que, não iria estar presente nas Festas Concelhias, em virtude de estar de férias. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO. -----

----- 1 – MEDALHAS DE MÉRITO CONCELHIO A ATRIBUIR NAS -----

----- FESTAS DE OITO DE SETEMBRO -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi proposta a atribuição de Medalhas de Mérito Concelhio, nas Festas de oito de Setembro.-----

----- Considerava importante que o executivo, ao pegar naquele processo, fosse coerente e balizasse em circunstancialismos e em formas de análise concreta o desempenho daquelas instituições ou personalidades, de forma a que se achassem consensos e não divergências. Se considerassem necessário deixarem paulatinamente

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

aquela situação para os anos seguintes, com um tratamento mais pormenorizado, mais alicerçado, através de uma comissão de homens bons do concelho, que em parceria com o executivo, poderiam fazer aquela análise, estando para isso, perfeitamente disponível. -----

----- Mais disse que, para o dia do Município, já tinham duas circunstâncias que pensava serem extremamente fortes, do ponto de vista de qualidade histórica e patrimonial do concelho e que era a apresentação do Foral e a atribuição de medalhas de mérito às Filarmónicas do Concelho. -----

----- Não deveriam tomar decisões com precipitação e celeridade que pudesse prevaricar no sentido da transparência e sobretudo no equilíbrio e a coerência para com a atribuição daqueles galardões que deviam privilegiar, quer em vida, quer em morte a quem por Montemor tenha dado muito o que não poderia ser confundido com interesses político - partidários. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que apesar de ter elencado alguns nomes, não sabia exactamente quem já tinha sido medalhado ao longo destes anos e corria o risco de estar a fazer propostas que pudessem ser repetidas, e por outro lado, considerava que seria o momento de homenagear algumas pessoas a título póstumo. -----

----- Parecia-lhe que deveriam criar um regulamento, ou poder aceitar que, organizações ou pessoas, pudessem fazer propostas e fundamentá-las, para que depois aquelas propostas passassem por um grupo de análise, de avaliação e fossem ou não aceites. Concordava com a opinião do Presidente da Câmara, de que, independentemente das questões político - partidárias, parecia-lhe justo, a não ser que houvesse factos graves nalgum dos casos, que pudessem por em causa a honorabilidade das pessoas que se tinham empenhado naqueles cargos. Era da opinião de que deveriam homenagear pessoas que tivessem lançado algum tipo de obras relevantes, como era o caso Padre Carraco, do Dr. Vasco Eloy, o Alves Barbosa, a sua dificuldade passava por não saber quem já tinha sido ou não homenageado. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que teriam que olhar para um passado histórico e para um passado recente e actualidade. Num passado histórico, Montemor nunca tinha homenageado, por exemplo, Fernão Mendes Pinto, Diogo Azambuja, mas também nunca tinham homenageado o Dr. Armando Gonçalves de Tentúgal, o Dr. Santos Bessa da Carapinheira o Senhor António Cachulo da Abrunheira etc., etc. Pensava estarem de acordo no reconhecimento e na validação da cidadania de muitos que, durante anos, o continuavam a fazer em prol do Concelho. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

-----Iriam avançar para um trabalho entregue a duas ou três pessoas, com reconhecimento concelhio, que poderão fazer aquele trabalho, e que pudessem apresentar algo, que pudesse depois ser posto à discussão.-----

-----Tinham falado de diversas personalidades. O que estava em causa era a necessidade de encontrarem um fio condutor, para que aqueles nomes fossem todos coerentes num processo que pretendia que fosse de entrelaçar e ligar pessoas e não de desunir ou dividir.-----

-----Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que a inflação de homenagens poderia banalizar a importância das mesmas, o que não queria dizer que não existiam diversas graduações ao nível das homenagens que fossem feitas, no sentido de, por ordem de importância, umas poderem ter uma maior distinção e outras ter uma menor.-----

-----Retomou novamente a palavra o Presidente da Câmara propondo, ele próprio criar um grupo de trabalho, apresentando brevemente ao executivo, uma proposta para o desenvolvimento daquelas tarefas, contando com as disponibilidades de todos e garantindo nos próximos anos um processo transparente, coerente e adequado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

-----1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

-----1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --
-----169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA
-----LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.-----

-----Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre dois e dezanove de Agosto do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA-----

-----1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.-----

-----1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA-----
-----LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO-----
-----INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE
-----JANEIRO.-----

-----Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia trinta e um de Julho e o dia dezasseis de Agosto do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia dezanove de Agosto do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de um milhão quinhentos e trinta e cinco mil e duzentos e oito euros e sessenta e um cêntimos e em Operações de Tesouraria de cento e noventa e dois mil cento e dez euros e setenta e nove cêntimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre trinta e um de Julho e dezanove de Agosto do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

----- 2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre dois de Agosto e vinte de Agosto do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E DE -----

----- TAXAS DE COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que uma das preocupações que já tinha tido oportunidade de politicamente transmitir na Assembleia Municipal e também ao executivo, era que no segundo semestre do corrente ano, proceder a uma reestruturação organizacional e funcional do município, que passava por um contexto de instrumentos que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

considerava fulcrais, para que a partir de dois mil e três não houvessem situações de anormalidade funcional que implicasse naquilo que eram os desígnios políticos do plano plurianual que tinham discutido no começo daquele mandato, aquando da formalização das Grandes Opções do Plano e quanto à formalização do Plano de Actividades de dois mil e dois para os anos seguintes. -----

----- Dentro daquele contexto haviam três ou quatro sensibilidades muito claras, as quais estava a pegar uma a uma, para tentar ver a possibilidade de, em Outubro do corrente ano, numa reunião da Assembleia Municipal extraordinária, pudessem ver aprovadas uma série de documentações. A proposta do Regulamento de Urbanização e Edificação de Taxas e Compensações Urbanísticas, era o primeiro documento, que caso viesse a ser aprovado, o município de Montemor terá pela primeira vez (documento anexo à presente acta sob o numero seis). Iria regulamentar uma área que mais o preocupava, no contexto da organização da Câmara: o sistema de oferta ao munícipe de um serviço de obras particulares, de obras municipais devidamente regulamentado, enquadrado, facilitador, desburocratizador e sobretudo, com custos e encargos para o qual tinha tido um trabalho comparativo em relação ao que era praticado pelos concelhos limítrofes. -----

----- Caso o Regulamento apresentado merecesse aprovação por parte do executivo, será tornado público, através de uma discussão publica que terá um período de trinta dias úteis, para que todos os munícipes, e particularmente os técnicos inscritos nesta Câmara Municipal, tenham conhecimento do referido regulamento. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que a análise do referido regulamento não era fácil para eles, uma vez que era muito técnico, remetendo permanentemente para a legislação, e como não lhes tinha sido fornecida a legislação e tinha vindo de um período de férias, tinha chegado à conclusão que a melhor posição a tomar, salvaguardando a possibilidade de em sede de Assembleia Municipal e na discussão pública poderão fazer um trabalho mais apurado com o grupo da Assembleia, de poderem vir a apresentar outras propostas e outra análise, que naquele momento, humanamente e tecnicamente era impossível de serem feitas. -----

----- Havia algumas questões preliminares, de caracter mais político e filosófico que eram aquelas em que poderiam intervir com mais facilidade. Por principio poderão aceitar o documento como bom, embora não concordassem que a regra principal fosse ser mais barato do que em qualquer concelho vizinho. Tinham zonas com uma pressão urbanística enorme, como era o caso de Montemor, Santo Varão e Pereira, onde, talvez pudessem ser mais caros do que muitos outros municípios vizinhos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- Admitindo o documento como bom, e partindo do princípio que estarão disponíveis para uma discussão mais especializada noutra sede ou em outras reuniões de Câmara. No entanto existiam questões que passavam por princípios, não tanto pelo preço do metro quadrado, e pelo aspecto administrativo e democrático, com que se fazia a instrução dos processos. Por outro lado, gostaria de dizer ao Senhor Presidente que, ao ler aquele documento, parecia-lhe excessivamente burocratizado. Por exemplo, na questão de muros, eram necessárias fotografias, a identificação do espaço, um pequeno desenho, um pequeno projecto, e com isto não via nenhuma desburocratização, mesmo para casos extraordinários. -----

----- Respeitava e reconhecia o trabalho da equipa que tinha produzido aquele documento, admitia que o teriam feito com a melhor das boas vontades e com a intenção clara de facilitar a vida aos munícipes. Sugeria ao Senhor Presidente que, mesmo para apresentar em sede de Assembleia Municipal e para discussão pública, não faria mal colocar alguns princípios basilares daquele documento. O Regulamento terá que ter consequências a nível interno, ao nível da organização dos serviços, etc., e era isso que lhe parecia faltar para ajudar à sua compreensão. Não fazia sentido terem um documento, se depois não houver uma máquina administrativa e técnica de excelência que pudesse dar andamento aos processos. Em relação à quantidade e qualidade dos serviços de fiscalização, já tinha sido assumido que a insuficiência dos serviços de fiscalização, muitas das vezes acabava por não permitir que aquela dinâmica urbanística tivesse o devido acompanhamento e a supervisão da autarquia. Havia outros aspectos que não compreendia, como era o caso da compreensão do território e a definição das perspectivas de crescimento urbanístico. -----

----- O urbanismo estava relacionado com a demografia e continuava a ver as freguesias de Verride, Abrunheira e Vila Nova da Barca em depressão completa, em desertificação quase absoluta, e pensava que faria sentido haver a criação de qualquer dinâmica que pudesse fomentar a instalação e a fixação de pessoas. -----

----- Se a Câmara não investir na criação de bolsas de terreno, na sua definição clara e no incentivo à construção familiar, por iniciativa própria das famílias, o que irá acontecer era que ficariam prisioneiros dos loteadores, das imobiliárias, e dos especuladores. -----

----- Não tinha visto retractado nada naquele regulamento, relacionado com os centros históricos, como era o caso de Montemor, de Pereira, de Verride, de Tentúgal e não só, quais os incentivos que eram dados a quem quisesse reabilitar uma casa, por exemplo na encosta do castelo, que implicava custos elevadíssimos a vários níveis. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- Era-lhes apresentado um documento, que tinha que ter alguma base, pois era um documento que iria funcionar para o futuro, e a base filosófica ou política não estava especificada em lado nenhum. A maior especificação e clareza quanto às contrapartidas devidas pelos loteadores já faziam parte daquele documento mas estavam muito vagas. ----

----- Em relação à eliminação das barreiras arquitectónicas e o regime de facilidade de acesso a deficientes, haviam características e definições sobre conceitos e não tinha encontrado em lado nenhum, nenhuma referência quanto àquele pormenor. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo ter lido o documento apenas uma vez, mas tinha duas questões para colocar. Estava muito satisfeito com o documento, enquanto regulamento de urbanização. O próprio documento em si, era um documento muito interessante, pese embora o que o Vereador Victor Camarneiro tinha acabado de referir, e que tinha todo o cabimento, existiam ali duas vertentes: -----

----- A primeira era o documento de trabalho, o regulamento para o futuro;-----

----- A segunda, era o plano estratégico da própria Câmara Municipal para o desenvolvimento do concelho. -----

----- Eram duas coisas distintas, e no âmbito técnico estava muito satisfeito com o que tinha visto. Era um documento que iria provocar um choque tremendo em relação aos serviços, pois era necessário que os serviços se comesçassem a adoptar aquele tipo de trabalho no futuro, os técnicos que iriam começar a ser regulados por aquele regulamento e nomeadamente os serviços de fiscalização. Tornava-se necessário que os serviços de fiscalização e os serviços da Câmara funcionassem de acordo com aquele documento.-----

----- Em relação à taxas considerava não serem muito caras, e que deveriam ter algumas taxas e algumas contrapartidas dos loteadores, substancialmente mais produtivas para a parte da Câmara Municipal. -----

----- Tratava-se de um documento que, em relação a outras Câmaras Municipais, estava muito mais explícito e era muito melhor, sendo um documento que se deveria implementar para o futuro. Pensava que iria ser um choque tremendo entre os técnicos que trabalhavam para a Câmara, entre os loteadores e entre os serviços técnicos da Câmara. A primeira grande reestruturação terá que passar pelos serviços técnicos da Câmara, pela fiscalização, pois o primeiro grande choque sentir-se-á naqueles serviços.-----

----- Em relação ao documento em si, estava perfeitamente de acordo e se tivesse que fazer alguma alteração, era aumentar algumas das taxas, e exigir muitas mais contrapartidas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- Era da opinião de que se deveria olhar atentamente para a discussão publica daquele documento, e depois, pormenorizadamente verem algumas das implementações, pois iria ter alguma contestação em várias frentes.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que esperava que depois da aprovação daquele documento, não se continuasse a ver o que se via naquele momento em várias aldeias e terras do concelho de Montemor-o-Velho. Falava especificamente em Pereira, pois era a zona que melhor conhecia, e se aquele documento existisse à mais tempo e houvesse rigor da fiscalização, não se verificavam situações como por exemplo a rua de Santa Rita, em Pereira, em que existem construções recentes, desalinhadas. Era necessário que a fiscalização actuasse.-----

----- Gostaria de chamar também a atenção para os passeios, pois em termos de fiscalização era inadmissível, que numa zona que dava acesso à escola de Pereira, não tivesse havido controle da construção dos passeios, pois haviam passeios de um metro e vinte de um lado da estrada e do outro lado não havia qualquer passeio.-----

----- A pedido do Presidente da Câmara, o senhor arquitecto Pinheiro prestou alguns esclarecimentos quanto às questões anteriormente colocadas. Em primeiro lugar estavam a falar de um regulamento técnico e municipal, que surgia no seguimento da nova Lei do Urbanismo e Edificação e que impunha a criação de Regulamentos Municipais. Tratava-se de um regulamento que tinha como base um documento da Associação de Municípios e que tinham adaptado ao concelho de Montemor. Com aquele regulamento iriam regulamentar algumas situações que o Decreto-Lei obrigava.-----

----- Pensava que o documento não iria criar nenhum choque, pois cumpria a lei geral, e os técnicos que trabalhavam nesta e para esta câmara tinham que analisar os projectos e fazer cumprir aquela lei. Todas as normas que ali se encontravam, faziam parte das portarias e dos decretos regulamentares e por isso, todos os técnicos estavam habituados a trabalhar assim, tendo agora uma base legal mais forte para impor.-----

----- Tomou a palavra a senhora Doutora Ana Célia dizendo que, gostaria de referir que quanto à burocratização na questão dos muros, levantada pelo Senhor Vereador Victor Camarneiro, aquela não era culpa dos Serviços, mas sim da legislação que remetia para o regime da comunicação prévia, em que era obrigatório a apresentação de um termo de responsabilidade, de uma memória descritiva, etc..-----

----- Tomou novamente a palavra o Vereador Emidio Fidalgo dizendo terem um documento único, orientador de tudo o que deveriam impor. Quando referiu que iria criar

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

algun choque, referia-se ao facilitismo do técnico autor do projecto, que mandava avançar as obras por interpostas informações, etc.-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que a intervenção do senhor arquitecto Pinheiro tinha sido objectiva e clara. Havia que discernir duas coisas: uma era o instrumento de trabalho e outra era o instrumento planificador relacionado com o PDM, que iria ser a "Bíblia" da estruturação estratégica do planeamento e dos factores de desenvolvimento. -----

----- Havia um outro aspecto que ali tinha sido abordado, e que também tinha sido alvo de uma discussão inicial naquele grupo de trabalho e que mais tarde tinha sido assumido, que iria ser dada uma sequência secundária em termos temporais, que se prendia com a particularidade de alguns aspectos que se prendiam com os centros históricos. Iriam submeter a apresentação do Plano de Urbanização do Centro Histórico de Montemor, ao que se seguirá o de Tentúgal e de Pereira, que depois terão situações específicas de tratamento que não contrapusesse nada em relação ao regulamento geral, e que serão alvo de tratamento específico.-----

----- Aquele era um dos documentos que fará parte de um pacote que estavam a trabalhar e de um outro mais estruturante, que era a reorganização funcional de todos os serviços da Câmara. Era um trabalho que iria ser apresentado ao executivo durante o mês de Setembro, que irá pressupor uma linha condutora e objectiva para o qual chamava toda a responsabilidade, e que se prendia por uma linha clara de actuação que considerava que a Câmara deveria ter, enquanto fosse gerida pela actual maioria.-----

----- Em relação a alguns dos aspectos frisados, quanto à política filosófica que o documento poderia ter, pensava que terá a oportunidade de ter o seu enquadramento quando o documento for aprovado, depois da discussão pública. A lei apenas obrigava a discutir a questão técnica. -----

----- Sugeria, quer à bancada do Partido Socialista, quer à bancada da maioria, que não deixassem para a altura da Assembleia Municipal, os contributos que teriam que dar durante o período de discussão pública, para que, quando chegassem à Assembleia Municipal já houvesse um trabalho muito mais proveitoso daquela matéria. -----

----- O documento apresentado poderia ser sujeito a algumas alterações. Assim propunha ao executivo que, se tivessem algumas alterações a fazer ao documento, que fossem feitas antes do mesmo ser posto à discussão pública. -----

----- Interveio novamente o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, uma discussão prévia tinha razão de ser. Pensava que os regulamentos tinha que ser consequência de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

alguma coisa. Dava o documento como bom, e pessoalmente tinha assumido que era muito difícil discutir um documento técnico, sem que previamente tivesse sido feita uma discussão de carácter político ou filosófico.-----

----- Retomou novamente a palavra o Presidente da Câmara propondo ao executivo o envio do documento para discussão pública por um prazo de trinta dias, através dos respectivos editais bem como a divulgação nos jornais locais, nas Juntas de Freguesia e noutros locais normalmente destinados à publicação dos actos públicos praticados pelo executivo.-----

----- Propunha ainda que fosse dado privilégio a uma interligação com todos os técnicos que trabalhavam com o município de Montemor e solicitava ao Departamento de Estudos e Planeamento que, articulando com o gabinete da Presidência e com o Senhor Vereador Abel Girão, promovessem durante o espaço que irá mediar a discussão pública daquele documento, uma reunião pública, em que fossem convidados aqueles técnicos, independentemente de o poderem fazer por escrito, para um debate mais alargado daquela temática.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a abertura do inquérito público, a decorrer durante o prazo de trinta dias úteis. A abertura do período de discussão pública deverá ser publicitada convenientemente, não só pela afixação de editais nos locais de aplicação do regulamento, mas também por informação nos jornais locais e noutras publicações que normalmente davam aso à publicitação dos actos públicos praticados pelo executivo. Finda a discussão pública, deverá ser feita uma ponderação pelos serviços e pelo Gabinete da Presidência, sobre o conteúdo das sugestões apresentadas pelos particulares e elaborada a versão final do regulamento, que deverá ser apresentada ao executivo para aprovação, depois ser presente à Assembleia Municipal e posteriormente publicado na segunda Série do Diário da República.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3- PROCESSO DE LOTEAMENTO URBANO EM NOME DE -----**
“ATLÂNTICO PLUS – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.DA” –
PETIÇÃO APRESENTADA SOB O NUMERO 4508/02 DE 16 DE --
MAIO DE 2002-----

----- Foi presente o processo de loteamento referido em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, referindo que o referido loteamento obteve aprovação da Câmara Municipal em reunião de dezasseis de Dezembro de dois mil e um e que dessa aprovação foi dado conhecimento ao loteador através do ofício numero oitenta e seis datado de quatro de Janeiro de dois mil e dois.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- Em quinze de Março de dois mil e dois, foi entregue uma proposta de arranjos exteriores para cumprimento da condicionante imposta pela Câmara aquando da respectiva aprovação.-----

----- Nessa sequência, vem novamente em dezasseis de Maio de dois mil e dois, apresentar uma exposição escrita requerendo a isenção de taxas referentes à área de mil novecentos e trinta virgula doze metros quadrados (área correspondente à compensação devida pelo equipamento de utilização colectiva.). -----

----- É igualmente informado pelos serviços que a exposição apresentada não altera os parâmetros de dimensionamento apontados no numero três dos pareceres técnicos numero oitenta e quatro barra zero um, de vinte e um de Janeiro de dois mil e um e numero novecentos e sete barra zero um, de dezoito de Dezembro de dois mil e um, reiterando na íntegra os referidos pareceres, os quais constituem o anexo numero nove da reunião de vinte e seis de Dezembro de dois mil e um. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços deliberou por unanimidade indeferir o requerimento numero quatro mil quinhentos e oito barra zero dois, apresentado por "Atlântico Plus" - Investimentos Imobiliários, Lda, em dezasseis de Maio de dois mil e dois.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS -----

----- POVOAÇÕES: (FREGUESIA DO SEIXO) – PROJECTO,-----

----- PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS -----

----- ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número sete. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do numero três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei numero cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----
- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----
- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----
- “Comissão de Abertura do Concurso” -----
- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----
- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----
- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a – Secretária -----
- “Comissão de Análise das Propostas” -----
- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----
- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----
- António Manuel Maurício Quinteiro – Técn. Prof. Esp. Princ.-----
- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----
- **2- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS--** -----
- **MUNICIPAIS: (FREGUESIA DO ARAZEDE) -----** -----
- **PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE -----** -----
- **ENCARGOS –ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----** -----
- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----
- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número oito. -----
- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----
- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----
- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----
- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----
- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- "Comissão de Abertura do Concurso" -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a – Secretária -----

----- "Comissão de Análise das Propostas" -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----

----- António Manuel Maurício Quinteiro – Técn. Prof. Esp. Princ. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3- NOVO MERCADO MUNICIPAL – REVISÃO DE PREÇOS -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade que este ponto seja presente numa próxima Reunião.-----

----- 4- C.M. ENTRE CASAIS VELHOS E ENTRE VALAS – RELATÓRIO ----- DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS-----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de dois do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número nove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma C.M.P.R. – Construções e Obras Públicas, Limitada, pelo montante de setenta e oito mil novecentos e trinta e oito euros e trinta e oito cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 5- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS-----

----- NAS POVOAÇÕES (CONSTRUÇÃO DE MURO NA RUA DA -----

----- MADALENA – MONTEMOR-O-VELHO) – RELATÓRIO DE-----

----- ANÁLISE DAS PROPOSTAS-----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de dois do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dez. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma Viegas & Viegas, Limitada, pelo montante de dezasseis mil oitocentos e trinta e um euros e vinte e cinco cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **6- EXECUÇÃO DE COBERTURA AEROFOTOGRAFICA, PARA A ----- ELABORAÇÃO DA CARTOGRAFIA NUMÉRICA E ORTOFOTOS DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO – ACTA DE ABERTURA --- DAS PROPOSTAS -----**

----- Na sequência do acto público do concurso para o fornecimento em epígrafe, foi presente a respectiva acta de abertura das propostas devidamente elaborada pelo respectivo júri nomeado para o efeito, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe novamente ao júri a fim de proceder à apreciação dos concorrentes e respectivas propostas, conforme previsto na legislação em vigor. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **7- PEDIDO DE PROLONGAMENTO DE REDE NO LUGAR DE ----- TORRE – MONTEMOR-O-VELHO – ORÇAMENTO DA EDP -----**

----- No seguimento do pedido de prolongamento de rede de iluminação pública em epígrafe feito pela Junta de Freguesia de Montemor-o-Velho, foi presente um orçamento da EDP, S.A, no montante de quatrocentos e quarenta e oito euros e noventa e dois cêntimos.-

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia comparticipar no custo dos referidos trabalhos com a importância de duzentos e seis euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor de duzentos e seis euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **8- PROLONGAMENTO DE REDE COM COLOCAÇÃO DE BIP NO --- LUGAR DE ESTRADA – CARAPINHEIRA – ORÇAMENTO DA EDP**

----- No seguimento do pedido de prolongamento de rede de iluminação pública em epígrafe feito pela Junta de Freguesia da Carapinheira, foi presente um orçamento da EDP, S.A, no montante de duzentos e vinte e quatro euros e quarenta e seis cêntimos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia comparticipar no custo dos referidos trabalhos com a importância de cento e três euros e vinte e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor de cento e três euros e vinte e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **9- PROLONGAMENTO DE REDE COM COLOCAÇÃO DE BIP NO LUGAR DE CASAI S VELHOS – ORÇAMENTO DA EDP** -----

----- No seguimento do pedido de prolongamento de rede de iluminação pública em epígrafe, foi presente um orçamento da EDP, S.A, no montante de quatrocentos e noventa e três euros e oitenta e um cêntimos. -----

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia comparticipar no custo dos referidos trabalhos com a importância de duzentos e vinte e sete euros e quinze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor de duzentos e vinte e sete euros e quinze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **1 - CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS** -----

----- **PROLONGAMENTOS DA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS** -----

----- **FREGUESIAS DO CONCELHO (ACÇÃO 2) – ALTERAÇÃO DA** -----

----- **COMISSÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS – RATIFICAÇÃO** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços a propor a alteração da Comissão de Análise do concurso da obra em epígrafe, dado que os elementos nomeados em reunião de Câmara de cinco de Julho do corrente ano se encontram de férias, que mereceu aprovação por despacho do Presidente da Câmara datado de doze do corrente mês, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com a alteração proposta pelos Serviços e consequentemente ratificar o despacho do Presidente da Câmara datado de doze do corrente mês. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2- CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- **PROLONGAMENTOS DA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS**-----
 ----- **FREGUESIAS DO CONCELHO (ACÇÃO 2) – RELATÓRIO DE**-----
 ----- **ANÁLISE DAS PROPOSTAS** -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de dois do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma Ernesto Alves Pinto & Companhia, Limitada, pelo montante de setenta e três mil e oitenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3 – RECTIFICAÇÃO DO PONTO UM DO SECTOR DE** -----
 ----- **SANEAMENTO BÁSICO, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE** -----
 ----- **JULHO DE 2002**-----

----- Sobre o assunto em epígrafe foi prestada informação de que no referido ponto onde se lê no título "Conservação...", deve ler-se "Construção...".-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar o ponto um do Sector de Saneamento Básico da reunião ordinária de cinco de Julho de dois mil e dois, de acordo com o atrás exposto.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 – HONORÁRIOS REFERENTES À ELABORAÇÃO DO** -----
 ----- **PROJECTO DE ALTERAÇÕES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO** --
 ----- **DE ÁGUAS RESÍDUAS (ETAR) DA CARAPINHEIRA** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente ao assunto em epígrafe, acompanhada de uma carta do projectista J. Diniz Vieira e Associados, Lda., que ficaram como documentos anexos à acta sob o número catorze.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que se iria abster em relação àquele assunto, porque eram situações repetidas, que nunca ficavam totalmente esclarecidas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao exposto pelos Serviços, deliberou por maioria, com a abstenção do Vereador Victor Camarneiro, do Vereador Emídio Fidalgo e do Vereador António Ramalheite, autorizar o pagamento dos honorários em causa, no montante de oito mil novecentos e setenta e oito euros e trinta e seis cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5 – EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS -----**
ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE -----
PEREIRA DO CAMPO, TENTUGAL E CARAPINHEIRA / MEÃS --
AUDIÊNCIA PRÉVIA – ARTIGO 101º DO DECRETO-LEI -----
NUMERO 59/99, DE DOIS DE MARÇO -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de dois do corrente mês (audiência prévia nos termos do artigo cento e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março) sobre a obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quinze.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Que seja adjudicada a empreitada da obra em epígrafe à firma Luságua – Gestão de Águas, S.A., pelo montante de trinta e cinco mil euros, acrescido do IVA à taxa legal. - -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

-----**4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----**

-----**4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----**

----- **1- ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL -----**
CULTURAL À ACADEMIA MUSICAL ARAZEDENSE, À -----
ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA 25 DE SETEMBRO, À ASSOCIAÇÃO
FILARMÓNICA VERRIDENSE, À FILARMÓNICA DE INSTRUÇÃO
E RECREIO DA ABRUNHEIRA E À FILARMÓNICA 25 DE -----
SETEMBRO DE MONTEMOR-O-VELHO NO DIA 08 DE SETEMBRO
DE 2002– DIA DO FERIADO MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-
VELHO -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente uma informação na qual dava conhecimento que, a Câmara Municipal tinha o dever de pública e formalmente reconhecer Pessoas Singulares ou Colectivas que pelas funções que desempenham ou por feitos realizados nomeadamente no campo das letras, artes, ciências, humanitarismo, da solidariedade, desporto, política, entre outros que tenham prestigiado o Município de Montemor-o-Velho (documento anexo à presente acta sob o numero dezasseis).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir as Medalhas de Mérito Cultural à Academia Musical Arazedense, à Associação Filarmónica União Verridense, à Filarmónica de Instrução e Recreio da Abrunheira e à Filarmónica Vinte e Cinco de Setembro de Montemor-o-Velho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- 2- CONTRATO-PROGRAMA COM O CENTRO DE INICIAÇÃO -----

----- TEATRAL ESTHER DE CARVALHO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- Decorre nos meses de Julho e Agosto o Festival de Teatro CITEMOR. Neste sentido, a Câmara Municipal estabelece o Contrato- Programa com o Citemor, a fim de definir as formas de apoio desta Autarquia àquela entidade (documento anexo à presente acta sob o numero dezassete).-----

----- Assim propunha que o executivo autorizasse a assinatura daquele contrato-programa, mas que as regras, sobretudo o ponto numero um e dois daquele contrato sejam avaliadas de uma forma "despida" de preconceitos e de susceptividades que acabam depois por circundar e tirar a capacidade mais equilibradora daqueles objectivos, e que façam a partir dali uma leitura diferente dos mesmos. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, gostaria de deixar duas ou três notas. A primeira era que, na sua opinião dever-se-ia apoiar aquela iniciativa. A segunda era dizer que, o CITEC não existia enquanto associação, e como tal a Câmara teria que chamar à responsabilidade a Associação, uma vez que aquela não fazia Assembleias Gerais, não tinha ficheiros de sócios e não cumpria as regras básicas e elementares do associativismo, existia ilegalmente. Por isso, não reunia as condições formais e legais para obter por parte da Câmara, ou de qualquer entidade, nenhum tipo de apoios, pois encontrava-se numa situação ilegal. -----

----- Pensava que, o património que o CITEC lhes trazia, de trinta e dois anos de existência, que não eram assinalados sequer, os obrigava, no futuro a tomar uma posição muito concreta sobre aquele assunto. As pessoas que naquele momento estavam a trabalhar naquele projecto, tinham um grande mérito, porque tinham conseguido numa terra, como era Montemor atingir um estatuto de elite Cultural e Teatral, que ficaria bem em Lisboa ou no Porto, mas em Montemor colocava as suas duvidas. -----

----- Mais disse achar perfeitamente legitimo a atribuição daquele apoio para aquilo que aconteceu. Porém achava que, o CITEMOR estava a chegar ao ponto que tinha chegado o Festival de Cinema da Figueira da Foz, não servia o Concelho. Tinha inclusive recebido uma carta assinada por oito pessoas que passavam férias na Figueira à vinte anos, e que eram pessoas de grande actividade cultural, e tinham, à alguns anos elegido Montemor como espaço cultural. Aquelas pessoas estavam revoltadíssimas, dizendo que riscarem Montemor do mapa, porque era inadmissível que os espectáculos fossem calendarizados para horários que não eram acessíveis para toda a gente, e que ainda por cima não fossem cumpridos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- O que se estava a passar efectivamente era que, numa forma de protesto não tinha ido ver nenhum espectáculo do CITEMOR. Admitia até poder haver, num festival, três vertentes diferentes para o Teatro: um Teatro mais de massas, e não queria isto dizer que não fosse de qualidade, um Teatro mais de elite, de vanguarda, que até podia ir até às duas da manhã e haver uma maior diversidade.-----

----- Já tinha percebido que, a programação do CITEMOR não estava pensada para o público nem local, nem Concelhio e duvidava que o estivesse para o público a nível regional. Achava necessário que se fizesse uma discussão, não só em relação ao CITEC mas também a outras Associações, de carácter cultural e estratégico em que ficasse definido, para o futuro se a Câmara poderá ou não, ou deverá ou terá legitimidade para despendar verbas quase até aos dez mil contos naquele contrato-programa, em apoios logísticos e transferências financeiras para um movimento que não servia o concelho.-----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que estava perfeitamente de acordo que, uma instituição que não servia as regras do jogo, deveria ser chamada a atenção. Tinha recebido muitos telefonemas, de Coimbra, de pessoas a perguntarem a que horas é que era o Festival do CITEMOR, em Montemor, porque na televisão tinha passado uma hora, no jornal vinha outra hora e nos cartazes outra hora completamente diferente, e ninguém sabia a que horas é que era. Era uma má imagem em relação àquela matéria. ----

Interveio novamente o Vereador Victor Camarneiro alertando para a necessidade de se fazer um planeamento, no próximo ano, para se compatibilizarem as iniciativas, porque senão corriam o risco de haver duplicação de iniciativas, havendo um excesso de oferta nesta altura do ano.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o referido Contrato-Programa.-----

----- **3- CONCURSO DE MONTRAS "MONTRAS EM FLOR" DE 01 A 08 -** ----- **DE SETEMBRO DE 2002** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que, no âmbito das Festas Concelhias, de um a oito de Setembro de dois mil e dois, se iria realizar o Concurso "Montras em Flor". ----

----- Aquele concurso conta com o patrocínio do Jornal Diário "As Beiras" e com o apoio da Associação Empresarial de Montemor-o-Velho. Tendo como principais destinatários as empresas singulares e colectivas que explorem em Montemor-o-Velho, é apresentado o seu programa e orçamento para aprovação (documento anexo à presente acta sob o número dezoito).-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Concurso "Montras em Flor", bem como o respectivo Regulamento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4- EXECUÇÃO DE UM DESDOBRÁVEL SOBRE AS ROTAS DOS ---- ----- CAMINHOS DE SANTIAGO DE COMPOSTELA -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade que este ponto seja presente numa próxima Reunião. -----

----- 5- ROTUNDA JUNTO AO CONVENTO DOS ANJOS – MONTEMOR- ----- O-VELHO – COLOCAÇÃO DE ESTÁTUA – PARECER DO IPPAR ---

----- O Presidente da Câmara informou que, o IPPAR tinha dado parecer negativo à colocação da Estátua de D. Inês de Castro junto à nova rotunda do Convento dos Anjos. ---

----- Propunha que se avançasse para uma das rotundas, com um estudo preliminar, talvez para a rotunda junto ao Intermarché. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- 6- ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA CARAPINHEIRA ----- – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio à Associação Cultural e Recreativa da Carapinheira, no valor de mil duzentos e cinquenta euros. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- 7- BIBLIOTECA MUNICIPAL -----

----- O Presidente da Câmara informou que, em Março passado, tinha assinado com o então Secretário de Estado da Cultura um contrato-programa afecto ao PIDAC, para apoio à construção da Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho. Aquele montante estava muito aquém do total previsto da obra. -----

----- Tinha tido uma reunião com o Senhor Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, gostaria de elogiá-lo, e de ressaltar o seu reconhecimento do Senhor Presidente enquanto pessoa e Técnico. Tinha sido esclarecido relativamente a alguns projectos, e gostava de deixar bem patente o seu gosto e a sua sensibilidade para aquilo que tinha visto por parte da CCR. Tinham sido discutidos alguns projectos, nomeadamente a Biblioteca Municipal, o equipamento do Teatro Esther de Carvalho, a recuperação da piscina da APPACDM, e a questão relacionada com todos os projectos e candidaturas que têm e farão. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- Em relação à Biblioteca, havia a hipótese de se candidatarem, ou à rubrica um ponto quatro ou um ponto sete do Eixo da Cultura aquele investimento através do programa comunitário. -----

----- Naquele momento aquelas medidas estavam praticamente fechadas, tinham algumas dificuldades mas ele encarava-as à hipótese de uma negociação da Câmara com a CCR, através do quadro Comunitário e do Gestor dos Programas, transferir algumas das verbas libertas do eixo um para o eixo da Cultura, e a partir daí renegociar aquele montante. A Autarquia tinha contudo, a responsabilidade de assumir dez por cento do valor do investimento, estava-se a falar de um investimento global que tinha sido estimado pelo IPDL aquando aquela negociação, em cerca de trezentos e cinquenta mil contos, mas para uma base de construção civil de cento e cinquenta mil contos. -----

----- Seria base de duzentos e quinze mil, acrescia que aquela Biblioteca em termos finais, não estariam a falar de trezentos e cinquenta mil, mas de cerca de quatrocentos e cinquenta mil. Se tudo for aprovado, implicará que a Autarquia teria que despende cerca de trinta e cinco mil a quarenta contos, e o resto iria buscar ao projecto co-financiado, por um lado pelo PIDAC, pelo outro aos fundos comunitários. -----

----- Assim, propunha:-----

----- Um - aprovar o programa de concurso, o caderno de encargos e os elementos para aprovação e que fosse lançado de novo o concurso da Biblioteca Municipal – recuperação do Edifício Solar dos Alarcões, com uma base de um milhão setenta e dois mil quatrocentos e quinze euros;-----

----- Dois - que a Comissão fosse constituída pelo Vereador Abel Girão, pela Engenheira Maria Edite e pela Célia Gariso; -----

----- Três - que a Comissão da Análise das propostas fosse corporizada pelo Senhor Director de Departamento e Obras, pela Engenheira Técnica Civil Maria Edite e pela Engenheira Civil Isabel de Jesus Quinteiro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face àqueles considerandos deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **8- ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS CASAL MINHOTO E CASAIS VELHOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição à Associação dos Amigos Casal Minhoto e Casais Velhos, no valor de trezentos e setenta e cinco euros.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio no valor de trezentos e setenta e cinco euros, à Associação dos Amigos Casal Minhoto e Casais Velhos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 9- CLASSIFICAÇÃO DA "CASA GRANDE" – VERRIDE. -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento do parecer dos serviços relativamente à eventual classificação da "Casa Grande", em Verride, requerido pela proprietária do referido imóvel, D. Isabel Maria de Sousa Gonçalves Coelho (documento anexo à presente acta sob o numero dezanove). -----

----- Assim, e com base no respectivo parecer, propunha à Câmara, se nada tivesse a opor, que fosse remetido para os Serviços respectivos, a fim de serem colhidos pareceres, depois do transmitido pelo executivo, ao IPPAR, a outras Instituições do Ministérios da Cultura entre outras, e que fosse dado seguimento àquele processo, reconhecendo o valor do imóvel, chamando contudo a atenção, e já o tinha feito pessoalmente à proprietária, que a partir da altura em seja considerado de interesse, será mais difícil de actuar do que se pensava, sendo isso da inteira responsabilidade da proprietária. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação apresentada deliberou por unanimidade proceder à classificação da "Casa Grande", em Verride. -----

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Victor Camarneiro. -----

----- 1- V PRÉMIO ALVES BARBOSA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente um pedido de subsídio, no valor de cinco mil euros, a atribuir à Associação Fernão Mendes Pinto para apoio a mais uma edição do Prémio de Ciclismo Alves Barbosa, cujo Programa/Regulamento constam em anexo à presente acta sob o numero vinte. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a atribuição de um subsídio no valor de cinco mil euros à Associação Fernão Mendes Pinto para apoio do "V Prémio Alves Barbosa". -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- CENTRO NÁUTICO DE REMO – CANOAGEM -----

----- Voltou a fazer parte da reunião o Vereador Victor Camarneiro. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que, tinham acabado as épocas das provas principais, depois da "Coupe de La Jeunesse", tinha havido o "Campeonato Nacional de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

Canoagem", em que tinham tido mais de setecentos e cinquenta participantes. Com esse campeonato tinha sido visível, sobretudo na Vila de Montemor, o impacto na restauração, tendo-se sentido uma importante abertura do comércio.-----

----- Tinha feito um repto ao Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem, e também ao Senhor Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Remo para que fosse apresentada ao Presidente da Federação Portuguesa de Remo aquele mesmo desafio, de uma forma informal mas pessoal, que a Câmara, ou pelo menos o Presidente da Câmara via com bons olhos que, uma ou mesmo as duas sedes das Federações Portuguesas de Canoagem e de Remo, passassem a ser em Montemor-o-Velho.-----

Tinha inclusive oferecido um espaço disponível para colocação de uma daquelas sedes, caso viessem a manifestar interesse. Pensava que aquela situação viria a valorizar, ainda mais o impacto da Pista. -----

----- Para além disso, e através do contacto que tinha mantido com o Presidente da Federação de Canoagem, sabia que esta tinha mostrado receptividade. Achava importante para a Câmara fazer-se apresentar, na próxima semana em Sevilha nos Campeonato do Mundo de Canoagem. Já tinha falado com o Secretário Geral da Federação Internacional de Canoagem, para a divulgação e apresentação da Pista de Remo de Montemor, para ser eventualmente cenário de uma das provas da Taça do Mundo de canoagem, estava-se a falar de seniores, o que englobava trinta e dois países e que poderá ocorrer em dois mil e cinco. -----

----- Pedia autorização á Câmara para a ida de uma Delegação constituída por três ou quatro pessoas a Sevilha nos dias vinte e nove e trinta de Agosto. Seria uma representação de Montemor que divulgaria junto da Federação Internacional de Canoagem e junto do Secretariado Técnico, que já estava convidado a visitar Montemor para ver as condições da Pista, para que comesçassem a desenvolver as démarches para apresentação, em parceria com a Federação Portuguesa de Canoagem daquela candidatura.-----

----- Mais disse que, no dia dois e três de Setembro iriam a Madrid, onde irá haver o Congresso Internacional da Federação internacional de Canoagem. Teriam que ir com toda a informação sobre a Pista de Montemor, com desdobráveis, etc. Mais tarde deslocar-se-iam de novo a Sevilha para o Campeonato do Mundo de Remo. -----

----- Propunha que a Câmara autorizasse as despesas inerentes àquelas deslocações, com aqueles objectivos. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, gostaria de dar uma sugestão, uma vez que no ano passado tinham tido o apoio da Região de Turismo do Centro, com a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

sua auto-caravana, que por sinal era excelente e que poderia fazer aquele papel num dos campeonatos do mundo em Sevilha. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo estar satisfeito com a abertura por parte do Presidente da Câmara, de cada vez mais se implementar, desenvolver e dar a conhecer um empreendimento tão grande e tão polémico, que tinha sido em determinada altura no Concelho, a Pista de Remo. -----

----- Não sendo, para ele, uma modalidade muito familiar, mas pelo conhecimento que tinha da forma como tudo tinha que ser desenvolvido e desenrolado no futuro, pensava que os passos que o senhor Presidente tinha acabado de referir, teriam que ser dados. -----

----- Gostaria que houvesse uma envolvimento total daquele executivo, haviam ali pessoas, e o Vereador Victor Camarneiro era uma pessoa altamente envolvida naquele projecto desde os primórdios da ideia da Pista de Remo. Naquele contexto propunha ao executivo que os Vereadores do Partido Socialista fossem mais envolvidos naquela componente, no que quer que fosse relacionado com a Pista de Remo. Uma das formas para se dizer que não havia cores políticas era nas alturas próprias haver uma abrangência total. Era indispensável acumularem àquele projecto as pessoas que estavam direccionadas e envolvidas no mesmo, e não considerava desprestígio que a Câmara tivesse um Vereador do Partido Socialista envolvido naquilo, uma vez que era para bem do Concelho, era o grande investimento, era o cartão de visita para o futuro e era uma grande implementação que Montemor iria ter. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em relação a todo aquele processo pensava ter conseguido demonstrar, especialmente em relação á Coupe, nenhuma animosidade nem nenhum ressentimento, em relação a qualquer mudança que tinha havido. Tinha sido ele que se tinha indisponibilizado, a partir do momento das eleições autárquicas para continuar a presidir à Comissão Executiva, como era lógico que o deveria fazer. Não lhe parecia que o segredo fosse a sua participação, uma vez que era secundária, o mais importante, e era um receio que tinha, era que se implicassem os agentes concelhios que se dedicam àquelas actividades. Que aparecessem mais clubes de remo, mais clubes de canoagem, clubes de vela, etc., e que os seus responsáveis fossem implicados naquele processo. Receava que aquilo pudesse vir a passar para uma outra dimensão, como era o caso do CITEMOR, tinham um Festival de elite, mas não tinham quem fizesse Teatro em Montemor. -----

----- Parecia-lhe necessário contextualizar o empreendimento que tinham com os praticantes a nível local. Agradecia a referência que o senhor Vereador Emídio fidalgo tinha

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

feito em relação à sua pessoa, mas veria com muito bons olhos que no futuro, o Senhor Vereador do Pelouro do desporto pudesse levar ali alguma perspectiva ao nível do apetrechamento, ao nível da criação de condições para que a prática desportiva seja alargada naquelas áreas. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara chamando a atenção que, estava previsto para a segunda quinzena de Setembro uma reunião com as duas Federações para traçarem um modelo funcional, quer em termos de calendarização, quer em termos de promoção, de interligação, etc. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, mais importante que as sedes, e se fosse Presidente de alguma das federações não sediava em Montemor, seriam os Centros de Estágios. -----

----- Tomou novamente a palavra o Presidente da Câmara dizendo não haver nenhum sentido de ostracismo a quem quer que fosse, naquele processo, pois quanto mais cedo ficar resolvido melhor. Teriam que ter um valor acrescentado em termos da prática, da envolvimento, da modalidade e de outras modalidades, que a partir daí lhes concedam também um protagonismo dentro daquele aspecto, diferente do que tinham tido até então. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face àqueles considerandos deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, bem como todas as despesas decorrentes da mesma. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 3- ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE -----

----- QUINHENDROS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição à Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Quinhendros, de um subsídio no valor de cinco mil euros, sendo atribuído metade do subsídio agora e o restante em início de Outubro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio no valor de cinco mil euros, nos modos atrás propostos, à Associação Cultural recreativa e Desportiva de Quinhendros. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Esteve presente a munícipe Adélia Gomes Sousa Caiado, residente em Alhastro, Carapinheira, em representação do seu filho Fernando Caiado, a solicitar esclarecimentos sobre uma reclamação apresentada à cerca de estragos efectuados na sua habitação. A munícipe gostaria de saber qual o ponto da situação. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários. -----

----- Esteve também presente o munícipe Angelino Mendes, residente no lugar do Meco, dizendo que gostaria de cumprimentar todo o executivo e desejar felicidades neste mandato. Gostaria de saber em que situação estava o arranjo do pavimento da estrada do Meco, pois tinha conhecimento que seria a Brisa a responsável por ele mas até à data nada tinha sido feito, gostaria também de obter alguma informação quanto à construção num lote, no Meco obrigando os carros a contornar o lote, indo por uma estrada bastante danificada, por ultimo pretendia saber se era legal a construção de uma ordenha existente no Meco que ficava quase pegada a um café/pastelaria. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários. -----

----- Compareceu ainda o munícipe Abílio Teixeira Moinho, residente nos Catarruchos, pedindo esclarecimentos relativamente a um pedido de desbloqueamento de PDM de um terreno, que deu entrada nesta Câmara Municipal, uma vez que era emigrante gostaria de saber qual o ponto de situação. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas quinze horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Técnica Superior de Primeira Classe, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A Técnica Superior de 1.ª Classe,

Maria Albertina Maranhã Camarneiro

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 20